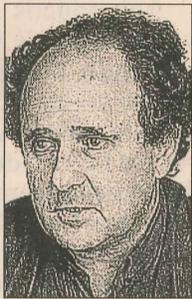




Cristovam Buarque

A *apartação, o apartheid social brasileiro, criou contradição entre a responsabilidade social e a responsabilidade pública. Pela responsabilidade social o*



governante é obrigado a atender aos interesses dos excluídos; mas, pela responsabilidade pública fica comprometido a manter direitos adquiridos, inclusive privilégios de ricos.

Pela responsabilidade social, um governante deveria tolerar e até incentivar as soluções dos sem-teto quando invade uma área na busca de solução para o problema de habitação. Mas, por sua responsabilidade pública, o governante fica obrigado a defender a ordem urbana, e os direitos já conquistados pelos incluídos. Pela responsabilidade pública torna-se necessário respeitar os direitos conquistados por grupos de trabalhadores, mas pela responsabilidade social torna-se necessário submeter estes direitos aos ainda não conquistados pelos excluídos.

Ao longo dos próximos anos, esta diferença entre a responsabilidade pública e a social vai corroer a popularidade dos governantes ou a própria estrutura política de uma sociedade que se diz democrática, mas trata as pessoas diferentemente, ao tratá-las igualmente. Ao tratar as pessoas como se fossem iguais, na verdade, os governos estão mantendo a desigualdade, porque algumas das pessoas têm privilégios enquanto outras estão excluídas até do mais essencial.



Enquanto responsabilidade social não significar o mesmo que responsabilidade pública, a sociedade não terá condições de ser plenamente democrática.

O que unifica estes dois conceitos é a possibilidade de uma proposta que amalgame e empolgue o conjunto da sociedade, através de suas classes, de suas corporações e dos interes-

ses específicos de cada grupo. Não se trata da ingênua idéia de eliminar as diferenças de interesses ou de terminar com o corporativismo, mas de encontrar propostas que unifiquem as diferenças e subordine a responsabilidade pública dos governantes e o corporativismo

das lideranças sindicais aos interesses sociais dos excluídos.

'Ao tratar pessoas como iguais, os governos na verdade estão mantendo as desigualdades'

A campanha do eleitor-cidadão

Gaudêncio Torquato

Os vetores que formam o pensamento do eleitorado brasileiro têm passado por significativas mudanças nos últimos anos. Os movimentos políticos de impacto, forjados a partir da mobilização pelas Diretas Já e com marcas importantes na Constituição de 88, anistia, **impeachment** de Collor, CPI do Orçamento, entre outros eventos, formaram uma onda cívica de energização da sociedade que resultou na melhoria dos padrões políticos. A autonomia ganhou maior expressão, a racionalidade avançou sobre a clássica emocionalidade brasileira, o fisiologismo passou a ser monitorado pela lupa social e o tradicionalismo começou a se banhar nas águas da modernidade.

A radiografia da composição do eleitorado é o espelho mais apurado para refletir as mudanças. Se formos decompor o eleitorado em seus nichos doutrinários e valorativos, chegaremos a seis grandes categorias de eleitores: os inorgânicos, sem eixos conceituais, que votam a torto e a direito, constituindo uma espécie de contingente alienado e habitando a periferia das metrópoles; os tradicionais, seguros pelo cabresto dos cur-

rais eleitorais, alimentados pela mão do fisiologismo, localizados principalmente nas regiões dos feudos políticos; os inconformados, indignados e perplexos, guiados pela lógica política, concentrados principalmente nas regiões desenvolvidas e nas grandes e médias cidades; os grupos de esquerda, repartidos pela seara socialista-clássica e por redutos social-democratas; a direita conservadora, solidamente plantada nos campos liberais e, por último, os crentes engajados pela fé religiosa, que enchem os templos, agora também energizados pelo púlpito eletrônico da mídia.

O cruzamento de pesquisas quantitativas e qualitativas permite inferir que o eleitorado amorfo decresce, o voto racional aumenta, o esquerdista ortodoxo diminui, o voto conservador clássico estreita-se um pouco, enquanto o religioso ganha novas adesões. A química do eleitorado tem muito a ver com os fenômenos políticos, capilarizados, sobretudo, pelo rádio e televisão. Regiões tradicionais e fisiológicas foram inundadas pela onda das denún-

cias. O eleitorado passou a ser alertado, recebendo uma vacina ética. Há vários casos de currais eleitorais rompidos pelo voto indignado. O universo do voto racional, que há 10 anos somava cerca de 18 a 20% do eleitorado, hoje está em torno de 30%.

O palavrório demagógico dos palanques passou a ser olhado com desconfiança. A ação concreta está canibalizando o discurso. Por isso, quem tem coisa a mostrar, na eleição de outubro próximo, terá melhores chances. Mas a experiência, sozinha, não basta. O eleitor quer enxergar programas viáveis. Não adianta querer se esconder por trás da cosmética televisiva da programação eleitoral. Marketing, sozinho, não faz milagres. Pouco adiantará também buscar o escudo do real. Ele pertence a Fernando Henrique e já deu o que tinha de dar em termos de rendimento político.

Os bolsões miseráveis, que habitam as periferias dos grandes centros, ao contrário do que se poderia supor, começam a jorrar votos de plena nacionalidade. E os grupamentos toca-

'A química do eleitorado tem muito a ver com os fenômenos políticos'

Um exemplo está na relação dos governos com os sindicatos de professores. Os governos dizem que não têm como pagar mais do que já pagam, os professores dizem que não têm como trabalhar por tão pouco: o resultado são longas greves que desgastam os governos e os sindicatos diante da opinião pública, e degrada ainda mais a pobre e abandonada educação brasileira.

Enquanto a sociedade brasileira não estiver convencida de que educação é um objetivo capaz de amalgamar e empolgar todos, os governos vão continuar titubeando entre a responsabilidade pública de atender às reivindicações de todos e a responsabilidade social de concentrar seus esforços na educação. Se a prioridade na educação fosse uma realidade de todos, seria possível parar obras, fechar órgãos, privatizar empresas, demitir ou baixar salários de outros servidores, para garantir o máximo de salários e benefícios para os professores e demais auxiliares da educação. Ou, quando isso não fosse possível de nenhuma forma, os próprios professores evitariam as greves em nome da educação.

Mas, isso não vai acontecer logo. Por muito tempo ainda, a sociedade brasileira e seus governantes vão continuar ambíguos e indefesos entre a responsabilidade pública e a responsabilidade social. E a população sendo obrigada, por culpa dela própria não ter uma definição clara de prioridade, a suportar as pressões de grupos organizados por suas reivindicações, e a aguentar a incapacidade dos governos para atenderem estas reivindicações.

Cristovam Buarque é governador do Distrito Federal

dos pela fé não votarão necessariamente em candidatos evangélicos, como já assinalou, em São Paulo, a Igreja Universal do Reino de Deus. É claro que os candidatos que contam com o apoio de máquinas poderosas ganharão grande visibilidade, atingindo assim, maior volume eleitoral. Isso não será suficiente para eleger. A saturação do marketing poderá gerar um **boomerang**, criando a sensação de opulência e tirando votos. Esse fenômeno é mais comum em cidades médias e pequenas.

O eleitor brasileiro está participando ativamente do processo político. Participar, porém, não implica apenas frequentar eventos. Ao contrário, nesta campanha, o eleitor estará reservado, atento às cenas explícitas de demagogia e vacinado contra os laços psicológicos de envolvimento por técnicas subliminares. Quem quiser saber como ele pensa é só ler as cartas dos leitores de jornais, ouvir e assistir a programas populares de rádio e TV. Vai concluir que o eleitor de todas as camadas está respirando mais cidadania.

Gaudêncio Torquato é jornalista, professor titular da USP e analista político